

Resenha

SILVA, Célia Regina Reis. *Crespos insurgents, estética revolta: memória e corporeidade negra paulista, hoje e sempre*. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

Em busca de novas formas de identidade

Enio José da Costa Brito*

“Me deram um não lugar...
Eu criei meu lugar”
(Priscila Preta)

A tese defendida por Célia Regina Reis da Silva, intitulada *Crespos insurgentes, estética revolta: memória e corporeidade negra paulista, hoje e sempre*ⁱ, chama atenção para “formas novas de expressão negra, que cunham a manifestação estética, mantendo a ética inscrita na emissão/recepção comunitária de culturas orais de matrizes africanas” (p. 32).

Formas renovadas de expressão negra, reveladoras da luta atual por visibilidade e respeito à humanidade negra e das transgressões culturais de jovens negros organizados em lutas pela beleza negra. Estas renovadas práticas culturais encontram nos cabelos crespos, a chave para manifestar suas formas de ser e estar no mundo.

Silva estruturou a tese em quatro capítulos: *No corpo (des)contrói-se a (in)diferença, o estigma; Corpo e cabelo em literatura negra e periférica; Memórias crespas em processos educativos afro-populares e Crespitude em manifestações outras: saraus, teatro, cinema, música, vestuário, grafite blogs e face book*.

Nesta *Nota Bibliográfica*, percorreremos a estrutura da tese explicitando as suas potencialidades analíticas.

* Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da PUC-SP. Email: brbrito@uol.com.br. Coordenador do grupo de Pesquisa Imaginário Religioso Brasileiro, aprovado pelo CNPq.

Revisitando a estrutura

O perfil da introdução é sintético, cumprindo bem a função de preparar os futuros leitores para a recepção do texto, que serve de moldura para a tese. Moldura que acolhe, aponta e esclarece.

Acolhe a tensão entre representações conflitantes do corpo negro (p. 15). Representações negativas, construídas e divulgadas na expansão e hegemonia da estética corporal eurocentrada na mundialização/globalização, representações geradoras de violências físicas e simbólicas. Representações positivas, geradoras de novas formas de identidade, novas formas de auto-representação negra positiva (Stuart Hall).

Aponta para múltiplos momentos de erupção reveladores de uma resistência existencial. Esclarece que o corpo é *conditio sine qua non* da memória viva e, por conseguinte dos processos dinâmicos de criação de identidades individuais e coletivas.

Nesse horizonte de compreensão, urdido dos processos insurgentes de decolonização das mentes, afro-brasileiras(os)/afro-diáspóricas(as) não são pensados como portadores de corpo, como na visão dicotômica e maniqueísta forjada no ocidente branco e cristão; eles são corpos-arquivos vivos, que desconstroem a diferença, o estigma, mas também constroem a diferença. Numa perspectiva religiosa podemos dizer/afirmar que: homens e mulheres são corpos e como tais se sabem como “epifania do mistério”.

Nesse registro, podemos assinalar que as religiões afro-brasileiras nas suas mais diversas expressões são tributárias de uma cosmovisão complexa e integradora, segundo a qual o corpo é mais que pura materialidade destinado ou condenado à morte e, por meios dela ao desaparecimento da terra dos viventes.

Pelo contrário, o corpo é linguagem, comunicação, arquivo vivo, terreiro ambulante, lugar da memória e da identidade pessoal/coletiva, terra fecunda (húmus) do sagrado.

O tema escolhido para o estudo reveste-se de importância, pois apresenta para a sociedade brasileira um convite para pensar, repensar, definir, redefinir caminhos civilizatórios no horizonte da realização humana; contribui para se entender com mais lucidez o Brasil, que se esconde e revela na tessitura histórico-sócio-cultural; permite alimentar uma postura crítica em face de uma

sociedade que fomenta a coisificação, banalização e a mercantilização dos corpos, numa reedição perversa em chave comercial do ideário prometeico exploratório da natureza e do humano.

Quatro ideias-pilares sustentam o capítulo primeiro, intitulado *No corpo (des)contrói-se a (in)diferença, o estigma*, a saber: corpos ancorados em uma cosmovisão se tornam territórios de contestação, espaços de manifestações artísticas, especialmente a cabeça – território livre e ancestral, dinâmico e tradicional; a constatação que no processo de decolonização povos não europeus realizaram traduções (Glissant) ressignificando suas práticas sociais para re-existirem; a retomada ética e estética do universo cultural negro possibilitou: refletir sobre o eurocentrismo e suas práticas sociais, geradores de baixa estima e apontar a inflexão que está ocorrendo na atualidade – o estigma de feio e ruim imposto aos africanos e seus descendentes, passa por um processo de revisão pelos estigmatizados (p. 63); por fim, as apresentações das múltiplas escritas performáticas que acontecem nas bordas, sinalizando a resistência.

Duas ideias merecem ser mais exploradas, a primeira a da conexão entre discurso ideológico e publicidade visual (Stuart Hall), uma vez que a representação é vital para as práticas de violência simbólica. A segunda, na apresentação minuciosa dos renovados movimentos negros – movimentos que lutam nas ruas, nos espaços públicos e locais de trabalho, buscando um paradigma “afrocentrado”, pode-se explicitar os desafios a serem superados.

Cabelo e corpo em literatura negra e periférica é o título do segundo capítulo, que amplia significativamente o espaço na luta por representações (p. 76), que favoreçam a afirmação de identidades, de estéticas corporais e capilar negras. Nele se confirma que a poética da negritude é negra, afro-brasileira, marginal, periférica, divergente, “tudo junto e misturado”. Assim, a produção negra se expressa como: “iniciativas culturais e políticas autônomas... [que] aos poucos quebram as barreiras da inviabilidade e ultrapassam as fronteiras da periferia, invadindo, física e metaforicamente, espaços da cultura dominante” (Reyes apud Silva, 2016, p. 79).ⁱⁱ

Uma boa epígrafe para o capítulo, pode ser a afirmação repetida, várias vezes ao longo do mesmo: “A literatura negra sempre existiu, e existe” (p. 88).

O perfil descritivo do capítulo contrasta com o volume de questões tratadas sinalizando para a necessidade de se ampliar a dimensão analítica.

Impressiona o volume de autores(as) negros que dá a conhecer, dado que confirma que os “subalternizados podem escrever”.

A apresentação de Luiz Gama como poeta, vertente da atuação desse abolicionista negro pouco explorada (p. 79)ⁱⁱⁱ, surpreende. Só recentemente, a poesia de Luiz Gama tem despertado a atenção de historiadores e literatos. O artigo de Ligia Fonseca Ferreira, intitulado *De escravo a cidadão: Luiz Gama, voz negra no Abolicionismo*, por exemplo, objetiva resgatar o legado do poeta:

seus escritos, em cujas malhas textuais transparecem dimensões subjetivas e estratégias discursivas, através das quais o autor se encena, se revela e marca identidade(s) que presidem, não só à enunciação, como à relação com o(s) Outro(s). (Ferreira apud Machado; Castilho, 2015, p. 215)

O exame de seus escritos possibilitou a Ferreira situar Luiz Gama no nascedouro de uma consciência negra; na constituição de um novo ethos e de um sujeito de discurso, que traz uma marca indelével “sou negro” (p. 215).

A afirmação que abre o capítulo merece destaque, pois sinaliza a singularidade e especificidade presentes na criação artística negra.

As artes clássicas não deram conta de demandas negras, mesmo que quisessem, pois nunca as enxergaram, ouviram ou sentiram. A subjetividade expressa na escrita de um diaspórico carrega as dores do ser e do viver no ‘entre-lugares’, por experiências marcadas pelo tráfico negreiro, a escravidão, sua desumanização e resistência ontológica. (p. 69)

Outro tópico a ser destacado: “se a literatura negra sempre existiu, qual o espaço ocupado por escritoras negras nesse território? (p. 98). Tendo presente que, ser letrado sempre foi difícil para homens negros, o que dizer para as mulheres? Constatação, que sugere a questão: como mulheres negras têm aberto suas veredas, têm feito ouvir a própria voz, como tem sido suas performances no campo literário?

Para Faria, “a literatura negra tem se tornado cada vez mais o lugar de reflexão do corpo negro” (p. 106), pois “não só o cabelo é crespo, o ser, as ideias, os valores e o pensamento também, é a marca do seu ser, o seu valor” (p. 87).

Com um sugestivo título, o terceiro capítulo, *Memórias crespas em processos educativos afro-populares*, dá continuidade à explicitação da luta por representações em torno do racismo em dois espaços: no escolar, que na

atualidade reproduz estereótipos racistas considerados “normais” dada a sua naturalização, fixidez na sociedade brasileira e na sociedade em geral, apresentando a luta levada adiante por vários coletivos culturais, com suas inúmeras reexistências culturais.

A autora começa por lembrar que “quando africanos e seus descendentes aparecem nos livros de história estão relacionados ao trabalho escravo” (p. 121)^{iv}. Reitera esta afirmação lembrando a ausência de povos nativos, juntamente, com cultura negra nos currículos escolares (p. 116).

Por isso,

importante foi e continua sendo a atuação dos Movimentos Negros na denúncia de educação racista, partindo do pressuposto que a escola tem sido, ao longo da história, o lugar da consolidação do pensamento cartesiano, legitimando a hegemonia cultural eurocêntrica, que invisibilizam outras culturas, outros corpos e suas epistemologias subalternizadas, ficaram à sombra por muitos séculos. (p. 117)

Da leitura se infere a necessidade urgente da sociedade brasileira “ter uma escola que seja um espaço de interculturalidade, deixando de ser um campo de luta cultural por representações” (p. 125).

Os processos formativos realizados pelos coletivos culturais – que não são poucos –, têm um traço comum, um denominador comum, são portadores de uma ética de matriz africana. Ética coletiva, comunitária, de saberes compartilhados, reafirmando ethos e estética em cultural de tradição oral.

Priscila Dias Carlos, comentando a contribuição do currículo escolar para a disciplinarização do corpo, dos gestos, dos cabelos, da mente e da língua, afirma:

(...) falares em fonética e sintaxes do oral são compreendidos como falares desviantes, já que, historicamente, falares em cadência e sons orais foram associados à falta de cultura, dinâmicas VOCAIS da boca de populares se distanciam de uma tradição escrita. (Carlos apud Silva, 2016, p. 123)

O último capítulo, *Crespitude em manifestações outras: saraus, teatro, cinema, música, vestuário. Blogs e Facebook*, enumera algumas das manifestações artísticas que atuam na chamada arte negra, denunciando sistematicamente a “cromática del poder”, em suas diversas manifestações.

O leitor não só visualiza a “atuação em rede” da negritude crespa e insurgente, como toma consciência da autonomia, do dinamismo presente nesse movimento social-racial. Ponto este da maior importância.

Entre as contribuições, indicamos: os novíssimos movimentos culturais apresentados, reveladores de um renovado momento do ativismo negro (p. 157), cujas consequências ainda estão por vir; o esclarecimento que frente a estigmas e violências simbólicas, as soluções não são individuais, mas coletivas (p. 162) e o alerta para o fato de que mesmo com os avanços “um conjunto de situações desafiadoras para negros e negras, continuam presentes na sociedade brasileira” (p. 165).

A malha teórica do capítulo foi tecida com clareza e perspicácia. Indico, alguns conceitos portadores de uma alta força heurística: ontologia negra (p. 154), corpo urbano, em contexto racial (p. 153) e cromática do poder.

Nas palavras de Adolfo Albán Achinte

O corpo, a cabeça, os cabelos, em partes ou ao todo, traduzem o sentido da existência humana sob a ontologia negra. O mundo, sentido, nomeado e representado em signos que expressam um modo de ser e estar no mundo, ‘humanizando la existência en el sentido de devolver la dignidade a quienes por fuerza del proyecto hegemônico moderno/colonial fueron considerados inferiores e no-humanos’. (Achinte apud Silva, 2016, p. 154)^v

Pontuações finais

Silva tem consciência de quão atual é a afirmação de Robert Slenes: “se a África foi descoberta no Brasil pelos cientistas europeus e, antes pelos africanos escravizados, para a [branca] nata de brasileiros ela permaneceu [e permanece] coberta” (Slenes, 1999). Na sua pesquisa visualiza a presença na sociedade paulista de uma dinâmica sociopolítica, que resgata “africanidades”. Expressão criada por Kabingele Munanga, para indicar “o conjunto dos traços culturais comuns às centenas de sociedades da África subsaariana” (Munanga, 1984, p. 5).

A historiografia comprovou que a grande maioria de escravizados vindos para o centro-sul do país provinha da África Central e Austral e era portadora não só de afinidades linguísticas, mas de práticas culturais comuns^{vi}.

Estes dois dados históricos dão suporte remoto à pesquisa de Silva que se insere nesse processo de longa duração, quando mesmo em condições adversas,

condições mínimas favoráveis, os escravizados reconstituíram na diáspora os principais fundamentos de suas culturas.

Hoje, na pauliceia desvairada está ocorrendo um novo resgate de elementos culturais afro, que favorecem processos identitários de afro-descendentes. Nas palavras da autora:

este estudo *questiona a construção de representações* que expressam concepções de corpos negros rotulados como: feio, sujo, malcheiroso, cabelo duro e ruim, marcando estratégias e práticas de rejeição (branca) e auto-rejeição (negra), desencadeando violências físicas e simbólicas sobre esses corpos na perspectiva de embranquecê-los, homogeneizá-los expandindo perfis ocidentais (p. 369) [grifo nosso]

Re-existir para continuar existindo é o que *Crespos insurgentes, estética revolta: memória e corporeidade negra paulista, hoje e sempre* nos mostra teórica e empiricamente e com serenidade. Os afrodescendentes em São Paulo continuam refazendo criativamente “tradições vivas”, em “subliminar reumanização de corpos negros no Novo Mundo com renovação de sua arquitetura cultural em vibrações culturais” (Antonacci, 2014, p. 285).

ⁱ A defesa ocorreu no dia 14 de março de 2016. Participaram da banca examinadora os professores doutores Maria Antonieta Antonacci (Orientadora), Amailton Magno Azevedo, Nirlene Nepomuceno, Salomão Jovino da Silva e Ênio José da Costa Brito.

ⁱⁱ REYES, Alejandro. *Vozes dos porões: a literatura periférica/marginal do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Aeroplano, 2009, p. 110.

ⁱⁱⁱ Sobre Luiz Gama ver AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos*. Lutas jurídicas e abolicionismo na Província de São Paulo. Campinas: UNICAMP, 2010; FERREIRA, Lígia Fonseca. De escravo a cidadão. Luiz gama: voz negra no abolicionismo. In: MACHADO, Maria Helena P. T; CASTO, Celso T. *Tornando-se livre*. Agentes históricos e lutas sociais no processo de Abolição. São Paulo: EDUSP, 2015, p. 213- 236.

^{iv} Ver a ampla pesquisa realizada por CONCEIÇÃO, Maria Telvina. *Interrogando discursos raciais em livros didáticos de história: entre Brasil e Moçambique 1950-1995*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: PUCSP, 2015.

^v SARLOS, Beatriz. *Paisagens imaginárias*. São Paulo: EDUSP, 1995, p. 55.

^{vi} Ver JESUS, Edson roberto de. *Herança de Resistência- terreiros e comunas na pauliceia desvairada... e o Samba continua*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, PUCSP, 2017, p. 26-79.

Recebida em 28/11/2017, revisada em 22/12/2017, aceita para publicação em 24/03/2018.